



#### **PORTARIA Nº 1.725/2025**

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE RESOLUÇÕES **EXARADAS PELO CONSELHO MUNICIPAL** DOS **DIREITOS CRIANÇA** DA Ε DO ADOLESCENTE DO **MUNICIPIO** DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

SECRETÁRIO  $\mathbf{O}$ **MUNICIPAL** DE **DESENVOLVIMENTO SOCIAL** de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através do Decreto n<sup>o</sup> 35.571/2025, tendo em vista o que consta no processo nº 67730/2025,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Homologar as **Resoluções nºs 289 e 290**, datadas de 21 de agosto de 2025 em anexo, exaradas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 25 de agosto de 2025.

EDER BOTELHO DA FONSECA Secretário Municipal de Desenvolvimento Social (Interino)







Instituído pela Lei Municipal nº5174, de 25.05.2001, alterada pela Lei nº7053, de 29.08.2014 Av. Nossa Senhora da Consolaçãao Nº 132, Vila rica – Cachoeiro de Itapemirim – CEP: 29301-080 Tel: (28) 3199 1979

# CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONSEMCA

### RESOLUÇÃO Nº 289, de 21 de agosto de 2025

APROVA O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONSEMCA

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONSEMCA de Cachoeiro de Itapemirim, pela decisão de maioria absoluta do plenário, na reunião ordinária realizada no dia 21 de agosto de 2025 e no uso da competência que lhe confere o Inciso IX e X, do Art. 12 do Regimento Interno.

Considerando os princípios e as diretrizes do PNPI - Plano Nacional pela Primeira Infância aprovado pelo CONANDA (Conselho Nacional), em dezembro de 2010, com duração decenal, abrangendo os vários direitos da criança de até 6 anos de idade, com abordagem intersetorial e a participação das instituições e dos setores do governo municipal;

Considerando a Lei Federal Nº 13.257, de 8 de março de 2016, que estabelece princípios e diretrizes de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento humano, em consonância com os princípios e diretrizes das Convenções Internacionais e do Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando o Procedimento Administrativo do Ministério Público Nº 2022 0017 2338-75 - Recomendação Nº 002/2023, estabelecendo prazo para construção e implementação do Plano, norteado pelas ações finalísticas do PNPI - Plano Nacional pela Primeira Infância;

Considerando o Decreto Municipal Nº 33.359, de 5 de outubro de 2023, que dispõe sobre a elaboração do PMPI - Plano Municipal pela Primeira Infância e institui a Comissão Municipal encarregada de promover e coordenar a sua elaboração;

Considerando a Lei Federal Nº 14.880, de 4 de junho de 2024, que instituiu a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a crianças de 0 a 3 anos e, determina prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças da educação infantil com sinais de alerta para o desenvolvimento;

Considerando a Portaria Nº 2.361, de 7 de novembro de 2023, que nomeou os membros para integrar o Comitê Gestor Municipal Intersetorial para elaborar o PMPI - Plano Municipal pela Primeira Infância, alterada pela Portaria Nº 1.225, de 13 de junho de 2025;

Considerando a elaboração do PMPI - Plano Municipal pela Primeira Infância pelo Comitê Gestor Municipal Intersetorial com **Parecer Favorável à aprovação**, conforme ata de reunião realizada em 14 de agosto de 2025 publicada no Diário Oficial Municipal Nº 7379.

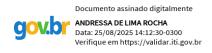


#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Aprovar o PMPI - Plano Municipal pela Primeira Infância do município de Cachoeiro de Itapemirim, com validade para os próximos 10 anos, visando:

- a) A criança com saúde,
- b) A educação infantil,
- c) A assistência social a crianças e suas famílias,
- d) A família e a comunidade da criança;
- e) Convivência familiar e comunitária em situações especiais;
- f) Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças;
- g) A criança e o espaço a cidade e o meio ambiente;
- h) Atendendo à diversidade crianças negras, quilombolas e indígenas;
- i) Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças;
- j) Enfrentando as violências sobre as crianças;
- k) Protegendo as crianças da pressão consumista;
- I) Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação; e
- m) Evitando acidentes na primeira infância.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente





Instituído pela Lei Municipal nº5174, de 25.05.2001, alterada pela Lei nº7053, de 29.08.2014 Av. Nossa Senhora da Consolaçãao Nº 132, Vila rica – Cachoeiro de Itapemirim – CEP: 29301-080 Tel: (28) 3199 1979

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONSEMCA

## RESOLUÇÃO Nº 290, de 21 de agosto de 2025

APROVA A ALTERAÇÃO DA LEI 7053, DE 27 DE AGOSTO DE 2024 NA COMPOSIÇÃO DO GOVERNO NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONSEMCA de Cachoeiro de Itapemirim, pela decisão de maioria absoluta do plenário, na reunião ordinária realizada no dia 21 de agosto de 2025 e no uso da competência que lhe confere o Inciso IX e X, do Art. 12 do Regimento Interno.

Considerando que a substituição das Secretarias de Governo visa promover a efetividade das diretrizes da Lei Municipal Nº 7.840, de 10 de março de 2022, que trata da Estrutura Administrativa Básica da Administração Municipal, onde a SEMGES, consta como Órgão de Assessoramento Direto do Poder Executivo e não como Órgão de Política Pública Finalística como se pretende na composição do Conselho em epígrafe;

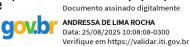
Considerando que a SEMSEG - Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito tem dois Projetos que envolvem a Criança e o Adolescente, que são: Ronda Escolar e Guarda Mirim.

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Aprovar a alteração da Lei 7053, 27 de agosto de 2014, na composição do Governo no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONSEMCA:

Onde consta SEMGES - Secretaria Municipal de Gestão Estratégica deverá constar SEMSEG - Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

Art. 2º - Esta resolução e



ublicação.

#### ANDRESSA DE LIMA ROCHA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

